

A ESCRITA NA UNIVERSIDADE (DES)ORIENTADA PELOS MANUAIS

Maria Teresinha Py ELICHIRIGOITY (Universidade Católica de Pelotas)

ABSTRACT: *Trying to find out causes that might justify the constant difficulty the majority of the students show to produce written texts in the university, we analyzed some manuals for the teaching of academic writing, respecting to the elaboration of monographs.*

KEYWORDS: *writing, monograph, manuals, ambiguities.*

0. Introdução

A produção escrita na universidade tem recebido, constantemente, críticas tanto de professores quanto de alunos que, na maioria, sentem dificuldades para produzir, por exemplo, no final de seus cursos, um texto¹ reconhecido como monográfico. Se há um funcionamento discursivo próprio para o discurso monográfico na academia, pressupõe-se que este deva ser objeto de investigação, a fim de que se possa caracterizar seu funcionamento.

Há uma tendência à preocupação maior em ensinar a estrutura convencional do texto, classificado em gêneros, a definição de modalidades, com vistas a possibilitar a formulação de um conjunto de regras que organizam o objeto texto. Mas é necessário que se pensem e se discutam questões sobre a produção do texto acadêmico hoje, na universidade, mais especificamente o discurso acadêmico monográfico e seu funcionamento. A fim de iniciar esse percurso de pesquisa, investigou-se sobre as noções de monografia e a orientação para sua escrita, apresentadas em alguns manuais. Vejamos, então, o que nos dizem eles.

1. A orientação tradicional dos estudos monográficos

Começamos pela definição encontrada no volume 2 da coleção “Normas para a apresentação de trabalhos científicos” da Universidade Federal do Paraná², que trata do trabalho monográfico:

Monografia é a exposição exaustiva de um problema ou assunto específico, investigado cientificamente. O trabalho de pesquisa pode ser denominado monografia quando é apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de especialista, ou pode ser denominado trabalho de conclusão de curso, quando é apresentado como requisito parcial para a conclusão de curso. A monografia pode ser defendida em público ou não. A monografia publicamente comunicada em congressos, encontros simpósios, academias, sociedades científicas, segundo normas estipuladas pela coordenação dessas reuniões e/ou entidades, é denominada memória (p.2).

Como se verifica, tal definição encaminha para a idéia de que monografia é a descrição completa de um fato problemático ou tema determinado que possa ser pesquisado com metodologia científica. Mas haverá a possibilidade de completude real no texto ou na análise de problemas?

Também indica quando esse tipo de texto é usado e qual sua utilidade prática dentro da academia: avaliação para a obtenção de títulos. Tal uso já justifica parte da dificuldade do estudante em produzir monografias. Ele escreve para um avaliador em situações, geralmente estressantes, de final de curso. Por outro lado, indica a possibilidade de a monografia denominar-se “memória” em determinadas

¹ O texto, na perspectiva do discurso, é um objeto lingüístico-histórico, uma unidade aberta, pois tem relação com outros textos, com suas condições de produção (os sujeitos, as contingências em que se produz), com sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer).

² UNIVERSIDADE Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas. **Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000 (Normas para a apresentação de documentos científicos; 2).

circunstâncias. Cabe ressaltar que a referência à memória, neste manual, não apresenta nenhuma especificação de fundamentação teórica que possa ter ancoragem em base filosófica – trata-se de memória mnemônica apenas. E o que fica de fora, também, naquela definição, é a importância da apresentação de pontos de vista que argumentem entre si, com base em valores diversos que movimentam o texto e que o transformam em um rico tecido em que se entrelacem, metodologicamente, leituras, vivências, argumentações e conclusões de um autor.

Ora, como já foi visto pelo conceito citado anteriormente, acredita-se, na universidade, que uma das boas maneiras de avaliar o processo ensino/aprendizagem é por meio da elaboração de uma monografia. Essa é também a opinião de Nunes³ (2000), Juiz de Direito do Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo e professor da graduação e pós-graduação da PUC/SP, que considera a elaboração de monografias fundamental não só porque mostra o conhecimento que o aluno tem da matéria tratada, como também, simultaneamente, permite ao estudante, em uma tarefa isolada, aprofundar seu aprendizado no tema tratado. Segundo ele: “...atualmente não se pode mais aceitar a idéia (dogmática) de que `é o professor que ensina`, mas sim de que é `aluno que aprende`. A função do professor é orientá-lo...(NUNES, 2000:3).”

Nunes (2000:3) afirma, ainda, que a monografia de conclusão de curso, como requisito curricular obrigatório, implica alterações positivas sobre a qualidade do curso, como, segundo ele, atestam várias pesquisas junto a instituições e como é expresso em praticamente todos os encontros, seminários e congressos desde sua implementação. Como argumentação favorável, cita, em nota de rodapé, a obrigatoriedade da elaboração de monografia em fim de curso na Itália, reportando-se a Umberto Eco⁴. Mas não complementa a crítica feita por este filósofo, ensaísta, teórico da comunicação de massa, crítico, semioticista e romancista que, ao escrever *Como se faz uma tese* considera a universidade italiana, hoje, uma *universidade de massa com seus deveres sociais*, que transforma os alunos (geralmente, numerosos e apressados) em pesquisadores por obrigação para ascender profissionalmente e ocupar qualquer posto em um meio provinciano, em contraposição à antiga *universidade de elite*, também superada por ser exclusivista, feita para poucos, economicamente privilegiados. Então, a característica da tese de licenciatura é ser uma imposição legal *destinada a criar aquela pretensiosa dificuldade final para selecionar os futuros profissionais*. Na verdade, Eco critica, além da qualidade dos trabalhos apresentados, na maioria das vezes, todo o sistema de ensino, inclusive o universitário, que não dá o apoio suficiente para que estudantes mais carentes possam realmente dedicar-se ao estudo.

Nunes (2000) segue sua orientação, falando sobre a escolha do tema da pesquisa monográfica e observa que uma pequena variação no tema não compromete o trabalho monográfico, a não ser que o trabalho seja do tipo com tema indicado e o orientador não concorde, embora isso não seja próprio de uma boa orientação:

Se isso ocorrer, o seu orientador deve ser informado, mas não deverá opor-se à alteração, já que ela surgiu da necessidade aposta por seu trabalho de pesquisa. Você poderá ter algum tipo de problema de relacionamento nesse caso, especialmente se sua monografia for do tipo com tema indicado. Não desista. Tente convencê-lo de que a mudança do tema, que não será tão grande assim, propiciará a produção de uma melhor monografia. Se o orientador se opuser à alteração, saiba que ele está errado e confunde orientação com imposição de regras de conduta sem sentido. Você está certo. Insista na alteração. (p.15).

Depreende-se dessas palavras de Nunes que há possibilidades de um jogo de poder que manipula o que deve ser dito e pesquisado na monografia a despeito dos resultados concretos contrários levantados à priori. Pode-se considerar até um alerta para o estudante se precaver, tentando manter a sua voz.

³ NUNES, L.A.Rizzato. **Manual da monografia**: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. São Paulo: Saraiva, 2000.

⁴ ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

Focaliza, mais adiante (p.17), os tipos ideais⁵ de monografia, numa divisão de caráter didático, reconhecendo a possibilidade de esses tipos se combinarem durante a realização concreta do trabalho monográfico. São eles: a monografia de compilação, a monografia de pesquisa de campo e a monografia “científica”.

A monografia de compilação consiste na exposição do pensamento dos vários autores que escreveram sobre o tema escolhido. O estudante deve, então,
demonstrar que examinou o maior número possível de obras publicadas sobre o assunto versado; sendo capaz de organizar as várias opiniões; antepô-las logicamente, quando se apresentam antagônicas, harmonizar os pontos de vista existentes na mesma direção, enfim, tem de ser capaz de apresentar um panorama das várias posições, de maneira clara e didática. Deve, também, o estudante dar sua opinião sobre os pontos relevantes, bem como suas conclusões (p.17).

É interessante que se comente a crença de harmonia entre os pontos de vista, ainda que isso pareça razoável, caso os argumentos se movimentem na mesma direção. O que se quer observar é que harmonia não significa igualdade. Estudos teóricos sobre topoi (Ducrot, 1987), já demonstram a heterogeneidade da constituição de cada topos, o que nos obriga também a reconhecer em asserções com a mesma orientação argumentativa e tema parecido, possibilidades de conclusões com nuances diferentes. Por outro lado, seria bom enfatizar que a qualidade de uma monografia está, principalmente, no antagonismo dos pontos de vista e como as conclusões acarretadas, a partir daí, são expostas.

Continuando a explanação, segundo a obra de Nunes, a monografia de pesquisa de campo prevê a investigação do estudante tanto nos aspectos teóricos publicados em textos quanto nos dados concretos. A pesquisa de campo é empírica, realiza-se pela indagação concreta das pessoas envolvidas e interessadas no tema objeto do estudo. Serão também de campo, a pesquisa de documentos históricos, a experimental e a clínica.

Após a elaboração do trabalho de campo, cabe ao investigador organizar o material colhido de forma lógica e sistemática. Essa organização dependerá das premissas levantadas pelo estudante antes do início do trabalho para que a coleta de dados seja significativa e consistente. As hipóteses de trabalho podem ser extraídas de obras doutrinárias ou de pesquisas anteriormente feitas e publicadas. Ainda, segundo Nunes (ibid., p.20-1), o aluno pode, inclusive, atualizar uma pesquisa bem antiga, caso desconfie de que as condições reais se alteraram com o passar do tempo ou de que a pesquisa antiga está equivocada.

Seria interessante, neste ponto, enfatizar, o equívoco da idéia de que a ordem do real é estática e de que, portanto, os resultados de pesquisa podem ser cristalizados. Isso é uma ilusão criada para o leitor, quando o autor do manual apenas sugere a possibilidade de atualização de “pesquisa bem antiga”. Na verdade, os objetos de pesquisa se alteram constantemente.

Finalmente, é apresentado o terceiro tipo: a pesquisa “científica” (p.24). O autor reconhece que qualquer dos outros tipos também pode ser assim designado, desde que, como trabalho de cunho científico, seja útil à comunidade científica à qual se dirige e à comunidade em geral, de alguma forma. Para isso, diz Nunes, é preciso que o trabalho consiga dizer algo que ainda não foi dito (embora reconheça que originalidade total é impossível, pois alguém já deve ter escrito alguma coisa direta ou indiretamente ligada ao assunto), ou com uma ótica diferente daquilo que já foi dito, ou venha a contestar alguma posição anterior.

Já a monografia de compilação, conforme Nunes (p.25), uma vez que nada acrescenta de novo, só poderá ser considerada científica, se compilar todos os livros, textos e autores que tratam do assunto até certo momento, de tal forma que o resultado do trabalho se torne útil aos demais investigadores, o que exige uma pesquisa muito longa e bastante arriscada.

⁵ Conf. Nunes, tipo ideal é uma abstração utilizada como paradigma para explicar uma realidade concreta. O autor baseia-se na noção de tipo ideal dada por Max Weber, *Economia y sociedad*. México. Fondo de Cultura Económica, s.d., p.706 e 1057.

Parecem, no entanto, questionáveis os critérios de base adotados pelo autor para definir a monografia de compilação. É o conteudismo seu critério principal? À reunião de dados e informações pode-se dar o nome de monografia, já que pode haver uma monografia não científica? Qual seria, então, a diferença entre os bancos de dados da Internet e uma monografia de compilação? Ou então, pode-se considerar um extenso banco de dados sobre determinado assunto como uma monografia científica? Temos certeza de que não. Porque faltam uma metodologia de investigação determinada, um eu crítico definido, um ponto de vista centralizador que vai justificar toda a argumentação e possibilitar a produção de um texto que dê ao leitor uma sensação de completude com suas conclusões, apesar de todas as infinitas continuidades possíveis que uma pesquisa e um texto possam ter.

Por outro lado, Nunes não descarta, como já foi dito antes, que o estudante, na monografia de compilação, deva dar sua opinião sobre os pontos relevantes, bem como suas conclusões. Mas a orientação que dá, leva a uma interpretação termo-a-termo entre pensamento/linguagem/mundo, como se a relação entre palavras dos textos lidos e coisas fosse uma relação natural e não lingüístico-histórica. Então, o que se conclui é que, para Nunes, a monografia de compilação para ser científica deve ser essencialmente longa e conteudística. Orlandi⁶ (1996:64) já denunciou esse comportamento das ciências humanas pelo qual elas deixam pensar que pela busca dos conteúdos se podem descobrir os verdadeiros sentidos do discurso que estariam escondidos. Comenta Orlandi:

Se não nos ativermos aos conteúdos da linguagem, podemos procurar entender o modo como os textos produzem sentidos e a ideologia será então percebida como o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado. A ideologia não é um conteúdo “x”, mas o mecanismo de produzi-lo (p.65).

Voltando ao que diz Nunes, em síntese, uma monografia científica desenvolve-se da seguinte maneira: após a escolha e delimitação do tema, o pesquisador elabora um relato sobre o que vai ser pesquisado e apresenta os problemas que pretende solucionar; levanta, então, hipóteses com as quais se fará a investigação, com vistas à solução dos problemas apresentados. Começa, assim, a desenvolver a pesquisa empírica de campo e/ou a buscar fundamentação em teoria já estudada e provas que possam embasar a argumentação, desenvolvida numa concatenação lógica, para comprovar ou não, suas hipóteses. Esses elementos probatórios constituirão o corpo da redação. Finalmente, após análise e conclusão dos dados, serão redigidas as conclusões. Essa é a forma lógica do texto científico, conforme orienta Nunes (2000:27). Observa, ainda, que, mesmo não solucionando os problemas levantados, a pesquisa se fez completa e será útil aos futuros pesquisadores que a tomarão como guia para refazê-la ou rejeitá-la.

A partir da página 28, o autor fala sobre as tarefas de montagem provisória da monografia. Mais adiante (p. 40), orienta sobre leitura e relatório de leitura (fichamento de textos).

Quanto ao momento próprio da redação da monografia, o autor (ibid, p. 60) ressalta as características da linguagem do trabalho científico: utiliza linguagem técnica da área específica da investigação; apresenta proposições controláveis em termos de rigor lingüísticos e que permitam à comunidade científica na qual o trabalho está inserido, entender a comunicação. Nunes chama a atenção para a necessidade de se evitar, portanto, o uso de termos vagos, imprecisos e ambíguos, ainda que se tenha de usar a linguagem natural. Isso significa que não se podem usar termos técnicos com os mesmos vícios que a linguagem comum comporta, como por exemplo, cita Nunes (p.61) dentro da área jurídica, trocar “seqüestro” por “rapto” ou “parecer” por “decisão judicial” e assim por diante. O investigador deve deixar claro qual o sentido de determinado termo técnico, se ele comportar mais de um, enfatiza o autor.

Mas essa alegada clareza do texto jurídico, sabemos, nós, é uma falácia. O que existe, além da tentativa de transparência no uso da linguagem natural, que é constitutivamente opaca, são termos técnicos com os quais pretendemos ser mais pontuais na descrição ou na tentativa de interpretação da realidade que, por si só se refaz constantemente, o que transforma cada enunciado em um acontecimento único, sendo que

⁶ ORLANDI, Eni P. **Interpretação**; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

até os próprios termos técnicos, muitas vezes, tomam sentidos diferenciados (e isso Nunes reconhece), ou não dão conta da nuance de sentido buscado.

Nunes (2000:62) afirma que a comunicação científica deve ter um caráter formal e impessoal, evitando-se a construção da oração na primeira pessoa do singular. São adequadas, para o autor, estruturas como: “percebe-se pela leitura do texto”, “é válido supor”, “será verificado” etc. O uso do “nós” é permitido, embora não seja necessário, pois, em vez de dizer “conforme vimos no item anterior”, podemos dizer “conforme visto no item anterior”, impessoalizando todo o texto.

Entretanto, é interessante notar que o próprio Nunes reconhece ser impossível em determinados trechos do trabalho, não utilizar o “eu” para não prejudicar o entendimento, por exemplo, de um procedimento específico (p.63). Por outro lado, o autor não especifica qual a função do uso da linguagem impessoal no texto monográfico. Por que os alunos são orientados para que escrevam com estruturas que omitem os agentes? Será redundante explicitá-los? Não há conveniência em fazê-lo? Ou será uma forma de o autor-pesquisador generalizar as afirmações, considerando-as aceitas por todos, e, com isso, aumentar a força ilocucional⁷ dessas suas afirmativas, numa tentativa de convencer mais fortemente o leitor? O certo é que a orientação dada no manual passa a ilusão de que a comutação de pessoa apaga a subjetividade e isso, realmente, não ocorre.

Após esses comentários sobre a linguagem do texto monográfico, Nunes (ibid, p.63) passa a orientar a redação da introdução: é um texto sintético que deve propiciar ao leitor uma visão panorâmica do que virá, introduzindo-o no tema explorado. Portanto, irá focalizar o tema explorado, as dificuldades para sua escolha; eventuais dúvidas e problemas surgidos durante a investigação; o método utilizado na elaboração da monografia (pesquisa, organização, redação) e se necessário, a forma especial de raciocínio utilizada. Na introdução, orienta o autor, não se desenvolve qualquer assunto, evitam-se citações de autores e notas de rodapé. A introdução é a última parte do texto a ser escrita (ibid, p. 64).

Enuncia, a seguir, as fases do desenvolvimento: problematizar os tópicos relevantes e tentar solucioná-los ao longo do texto, baseando-se no roteiro provisório elaborado anteriormente; sustentar as proposições apresentadas ou a solução do problema levantado mediante apresentação de elementos comprobatórios, no corpo da redação (ibid, p. 65).

Segundo Nunes, a transcrição literal tem de ser fiel ao trecho transposto e até eventuais erros (do autor ou da edição) devem ser mantidos, embora o pesquisador possa, por meio da expressão “sic” (que significa “as sim mesmo”) colocada logo após o uso considerado inadequado, manifestar sua estranheza, pelo sentido ou incorreção. Como o artifício da ironia “deve ser muito sutil em uma comunicação científica”, Nunes (ibid p.74) alerta que o uso de tal expressão, seguida, às vezes, de ponto de exclamação, reforça, para o leitor, uma severa crítica ao autor citado, e que “a grossa ironia” mais desconstitui o enunciador do que àquele a que ela pretendia atingir. Por outro lado, as citações do óbvio devem ser evitadas. São usadas citações quando se precisa da autoridade de alguém para dar validade ao que se diz; “as citações não devem ser usadas para reforçar algo notório e do consenso acadêmico” (p.78).

Pelo que se depreende, Nunes não leva em conta a base do princípio dialógico de qualquer enunciado, que é a relação com o outro e o sentido ideológico que as palavras carregam. Parece, pelo manual, que o texto monográfico tem um leitor pré-determinado sempre, e que há uma homogeneidade consensual na universidade, inexistindo valores ideológicos contraditórios que permitam duvidar de verdades aceitas pela

⁷ Na oposição entre “dizer algo” e “fazer algo”, Austin, em sua obra **How to do things with words** (1962) no capítulo referente à XII Conferência - Classes de força ilocucionária, faz intervir a noção de Força Ilocucional (FI)- que é a doutrina dos diferentes tipos de função da linguagem – cuja constituição se dá de acordo com as circunstâncias especiais de ocasião em que o proferimento é emitido. Assim, a constituição da FI se localiza no ato ilocucionário e coloca a exterioridade como fator determinante na questão da significação. Austin tenta classificar os proferimentos, considerando os que somente descrevem o mundo e os que produzem alguma mudança no mundo, a partir da enunciação, tomando os verbos como categoria. Reúne os verbos em cinco classes, a partir da FI predominante, localizada por critérios lexicais. Apesar disso, o próprio Austin reconhece, finalmente, que não há possibilidade de simetria entre proferimento e feitos: qualquer aspecto pode estar presente em qualquer classe e isso se manifesta na situação em que ocorre.

maioria. Mas, reportando-nos a Bakhtin⁸, se os signos mudam como reflexo das condições do meio social, conclui-se que tanto o julgamento do óbvio, como o conceito de autoridade, podem variar. Considerando-se que a alteridade intervém sempre na subjetividade, pois a identidade é um movimento em direção ao outro, um reconhecimento de si pelo outro que tanto pode ser a sociedade como a cultura, pergunta-se: em que se apóia nossa universidade “de massa”⁹, como sociedade, para inserir seus alunos na cultura científica de seu tempo, a fim de que eles possam distinguir e debater entre o óbvio e a citação da autoridade?

Com relação ao modo de citar na monografia, referindo-se às citações feitas por meio de paráfrases, o autor diz que a melhor maneira de produzi-las é, após leitura atenta do trecho escolhido, escrever com as próprias palavras o pensamento do autor. As paráfrases, assim como as citações literais, cumprem também, a outra missão da remissão ao texto original utilizado: a indicação ao leitor de sua posição precisa no texto.

Cabe aqui uma observação sobre o conceito de paráfrase e sua distinção com relação à perífrase. Segundo Zandwais¹⁰ (1996:12), “ao abordar fenômenos parafrásticos, alguns semanticistas como Palmer (1976) e Lyons (1977) partem do pressuposto de que não existem co-ocorrências exatas, mesmo no interior de uma única língua”. Tanto as transposições de registro oscilam, em termos de efeitos semânticos, quanto as transposições parafrásticas entre vocábulos pertencentes a um mesmo registro, pois há diferentes ordens de referências subjetivas em que os vínculos estabelecidos entre significado e significante podem se inscrever, de acordo com o usuário da língua”. Zandwais (1996:13) lembra ainda que, pela ótica de Lyons, “as relações de compatibilidade/incompatibilidade de transposições sinonímicas não são fornecidas somente pelo sistema, mas também criadas pela força de convenções sócio-culturais dos grupos”. Já na perspectiva da enunciação, a autora baseia-se na ótica de Parret (1988), segundo a qual “o ato de transposição pode ser considerado como fundador do sentido, na medida em que, como ato produtor, opera com valores emergenciais do sentido, e não com valores já determinados por hipóteses intralingüísticas”. Para esse autor, segundo Zandwais (ibid., p.14), as transposições parafrásticas são vistas tanto como operações de tradução intralingüística como expansões de sentido. Mas as transposições parafrásticas originam-se da “necessidade de desambigüizar conteúdos semânticos por referência ao contexto ou à instância de enunciação”. Então, para não confundir o ato de parafrasear com a operação de tradução, Parret observa que a polissemia está sempre sujeita à paráfrase, como um ato desambiguador, constituindo uma dinâmica dialética, criando-se, na verdade, novas polissemias que serão parafraseadas sucessivamente”. Portanto, conforme assinala Zandwais (1996:15), para Parret, “as produções parafrásticas, enquanto fatos do discurso, são sempre reguladas por mecanismos de enunciação”. Mas não parece ser esta a idéia de paráfrase contida no manual de Nunes. Assemelha-se mais à idéia de perífrase que se caracteriza pela substituição de uma noção por um grupo de termos, sem implicar uma intenção de desambiguação no discurso, nem repousar sobre a propriedade de expansão dos sentidos, ou recorrer a um contexto enunciativo.

Dando seqüência à leitura do manual (p. 78), são encontradas orientações para a elaboração das citações e, no capítulo 6(p.82), é criticado aquele pesquisador que apenas mostra posições de diferentes autores a respeito do tema investigado, mas não dá sua opinião a respeito. Ele deve deixar claro aquilo que pensa, embora não precise, de antemão, segundo Nunes, “estar do lado deste ou daquele”. Quanto a esse último aspecto, discordamos do autor, pois parece-nos ser impossível arrolar os argumentos ao longo da elaboração de uma monografia, sem se ter, de antemão, uma posição razoavelmente definida. Ela poderá não

⁸ BAKHTIN, M. (1929) em sua obra **Marxismo e Filosofia da Linguagem – Problemas fundamentais do Método sociológico na ciência da Linguagem**, ao apresentar o problema da relação entre a infra-estrutura e as super-estruturas (cap.2), explica também como se dá a refração do ser no signo ideológico pelo confronto de interesses sociais (luta de classes) nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica. “Assim classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Conseqüentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios” (p.46).

⁹ Retomo aqui a idéia de Eco (1977) ao referir-se à “universidade de massa” cujas características são explicitadas à p. 5 desta tese, embora referindo-me à situação precária da universidade brasileira, como um todo, com raras exceções.

¹⁰ ZANDWAIS, Ana. *A heterogeneidade do conceito de paráfrase*. In: LIMA, M. dos S.; GUEDES, P. C. **Ensaio** – Estudos de linguagem, v. 10. Porto Alegre: Sagra -Luzzatto, 1996 (11-18).

ser revelada em sua totalidade, mas é ela que orienta a própria seleção das citações e, à medida que o pesquisador justifica ou não, as posições de diferentes autores, estará desvelando sua própria posição.

O Manual da Monografia de Nunes (2000:99) também orienta sobre as regras especiais para se fazerem as referências bibliográficas que devem ser seguidas, de acordo com o tipo de fonte consultada. Aconselha a seguir a orientação oficial da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT

Enfim, nessa obra, o autor parte da escolha do tema, seguindo todos os passos que lhe parecem essenciais para a feitura da monografia, dando grande destaque à estrutura e a questões normativas. No final, inclusive traz orientações sobre como proceder durante a defesa, perante a banca. Percebe-se que o autor persegue, como objetivo de seu manual, alcançar uma padronização escrita do texto monográfico e de sua defesa oral para que seja o pesquisador aprovado por uma banca constituída por autoridades acadêmicas de sua área de conhecimento. No entanto, o uso da linguagem argumentativa, indispensável para a produção desse tipo de texto é quase inexplorado, como se fosse uma qualidade inata ao estudante, dispensável de aprimoramento (ou impossível?). Há um vazio nessa orientação toda que precisa ser repensado e, se possível, preenchido. Mas passemos à análise de outros autores de manuais, para ver se neles, o foco na linguagem é mais privilegiado.

Além do manual de Nunes, que é mais recente, a obra de Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi – Metodologia do trabalho científico¹¹ - é também utilizada na universidade para orientação de trabalhos científicos. Para Lakatos e Marconi (1992:152) que reúnem conceitos de vários autores, a monografia apresenta algumas características básicas por elas designadas em itens. Ordenando-se tais características, pode-se dizer que a monografia é um “trabalho escrito, sistemático e complexo” que “focaliza um tema específico de uma ciência ou parte dela” é, também, um “estudo pormenorizado e exaustivo, abordando vários aspectos e ângulos do caso”, dando-lhe “um tratamento extenso em profundidade, mas limitado em alcance”; usa “sempre uma metodologia científica” e deve trazer uma “contribuição importante, original e pessoal para a ciência”.

Entre essas características, expressas pelas autoras, algumas justificam comentário, tendo em vista a ambigüidade e/ou a alta expectativa que levantam. Que entenderá o acadêmico inexperiente na tarefa da escrita do texto monográfico, quando se deparar com essa orientação (“tratamento extenso em profundidade, mas limitado em alcance”) que parece contraditória? Acredita-se que queiram dizer que deve ser feito um recorte do tema e, sobre este aspecto, aprofundar-se o máximo possível. Por outro lado, poderá a realização de uma monografia, texto dialógico por natureza e, em nível de graduação, ser qualificada como contribuição “pessoal”?

As autoras (ibid.p. 152) citam Barquero¹² para afirmar que a monografia é um trabalho que

- observa e acumula observações;
- organiza essas observações e informações;
- procura as relações e regularidades que podem haver entre elas;
- indaga sobre os seus porquês;
- utiliza de forma inteligente as leituras e experiências para comprovação;
- comunica aos demais seus resultados.

Na verdade, quem observa, organiza, procura indaga, utiliza e comunica é o pesquisador que produz a monografia. Talvez essa forma de redação utilizada pelas autoras seja, inconscientemente, um reflexo da importância que dão à tentativa de apagamento da subjetividade na produção do texto monográfico.

¹¹ LAKATOS, Eva M.. MARCONI, Marina de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1992

¹² BARQUERO, R. (1979:16-25) **Como se realiza um trabajo monográfico**. EUNIBAR.

Sob o aspecto das finalidades da monografia, Lakatos e Marconi, ainda baseadas em Barquero focalizam cinco itens básicos(p. 153): “descobrir e redescobrir a verdade; esclarecer fatos ou teorias obscuras; enriquecer e aprofundar o rol de noções científicas por intermédio de um trabalho metódico e rigoroso; ordenar e hierarquizar conhecimentos e experiências; comunicar eficazmente as descobertas”.

Cabem aqui alguns questionamentos. Quando as autoras, baseadas em Barquero, dizem que o trabalho monográfico visa a “descobrir e redescobrir a verdade”, será esta a mesma verdade, tendo em vista que é um novo acontecimento? Será ela semelhante para todos, como, por exemplo, para os estudantes das diversas áreas de conhecimento de uma universidade? Para o Direito, a lei é a verdade? E a lei é aceita por todos? Ou depende do ponto de vista de interlocutor, ou seja, do lugar onde ele se coloca? Não sofre transformações e adaptações?

Para Lakatos e Marconi (1992:153), as afirmações científicas componentes da monografia “expressam uma descoberta verdadeira”; “apresentam provas conclusivas”; pretendem ser “objetivas, ou seja, independentes do pesquisador que as apresenta – qualquer outro pesquisador deve poder encontrar o mesmo resultado”; possuem uma “formulação geral”, são, geralmente, “sistemáticas (ordenadas segundo princípios lógicos)”; e “expõem interpretações e relações entre os fatos -fenômenos assim como suas regularidades”.

Como se observa, as autoras pretendem que as monografias comuniquem eficazmente as descobertas por meio da linguagem, não levando em conta os princípios da não-literalidade e opacidade. Ou seja, esquecem o espaço da subjetividade, que é inerente ao funcionamento da linguagem, assim como de seus aspectos exteriores que implicam sentidos diversos. Guimarães¹³ (2002:23) fala sobre a trajetória do sentido no mundo a partir de semânticas formais que consideram, por um lado, “que se deve tratar do sentido do enunciado (a unidade não é o signo)” e, por outro, “que o sentido é uma relação com um estado de coisas” No segundo aspecto, o sentido é tratado a partir do conceito de verdade. Isso quer dizer que, nessa semântica lógica, o sentido é visto como “o que uma expressão traz para as condições de verdade da sentença”(p.26), ou seja, “o que uma expressão traz para uma sentença é algo que diz respeito à relação desta sentença com fatos no mundo”. Guimarães(2002:27) cita Frege¹⁴ e sua distinção entre sentido e referência, embora este alemão, nascido em 1848 e falecido em 1925, tenha sido matemático e lógico.Seus escritos (entre eles, este ensaio II - sobre Sentido e Referência- indispensável também à reflexão sobre a negação, a pressuposição, o estudo dos implícitos na língua) influenciaram o desenvolvimento da semântica moderna.Com relação à citação de Guimarães, segundo Frege, para ter sentido, busca-se, para cada nome, a referência;e a referência é buscada porque se está preocupado com seu valor de verdade. No entanto, Frege considera que expressões distintas podem ter sentidos diferentes e a mesma referência.Então, conclui Guimarães (2002, p.28) “no campo da lógica, a preocupação com a verdade liga-se à necessidade de encontrar as múltiplas maneiras por que o pensamento se apresenta. Tratar a linguagem é, assim, buscar o mesmo nas suas múltiplas formas. A forma é, então, uma aparência”. Disso tudo se conclui que, entre o universo e aquilo que se representa desse, está a linguagem e o homem e que, nessa intermediação, a apresentação do mundo tal qual ele é, torna-se impossível. Mas, tentando deixar de lado as considerações mais diretamente ligadas a filósofos e lógicos, ao falar em sentido da linguagem, pensa-se em Semântica e no primeiro lingüista a usar tal termo: Bréal¹⁵.

Michel Bréal, em seu Ensaio de Semântica(1992), que remonta a 1897, diz que “a linguagem é feita pelo consentimento de muitas inteligências, do acordo de muitas vontades, umas presentes e atuantes, outras desfeitas e desaparecidas”. Assim, a linguagem representa, para Bréal, “um acúmulo do trabalho da inteligência e a causa de seu desenvolvimento (mudança) é a vontade humana perseverante, ainda que muitas vezes errática”. Então, a vontade humana, em matéria de linguagem, é que o homem seja compreendido, segundo sua intenção. Portanto, é o movimento dessa vontade que ocasiona as mudanças da linguagem as quais são, por sua vez, instrumento de civilização. Em Bréal, a idéia de que a linguagem progride, se desenvolve, tem relação com a historicidade, ou seja, “o histórico diz respeito à intervenção do sujeito na

¹³ GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. São Paulo: Pontes, 2002.

¹⁴ FREGE, G. (1892) “Sobre o Sentido e a Referência”. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.

¹⁵ BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**: ciência das significações. trad. Aída Ferraz et al. São Paulo: EDUC, 1992.

linguagem, da vontade na linguagem, que é, inclusive, uma intervenção da vontade na inteligência”, comenta Eduardo Guimarães, um dos tradutores de Ensaio de Semântica, no prefácio da obra. Observa, ainda, que o histórico para Bréal difere da idéia mecanicista de relação atomizada entre algo que veio antes e o que veio depois. Esse questionamento da sucessividade está fundamentalmente ligado à importância do sentido na linguagem, pois, ao questionar a sucessividade, Bréal mostra, numa dimensão teórico-metodológica, que não se deve tratar os fatos em si, mas no sistema de que faz parte e revela, também, numa dimensão descritiva, o conceito de polissemia: uma mesma forma pode ter, em momentos diferentes, significados também diferentes, numa coexistência simultânea de sentidos constituídos ao longo dos tempos. Instala-se, assim, a simultaneidade como uma relação lingüística. Mas essa idéia de historicidade da linguagem e sua simultaneidade de sentidos parecem, pelo texto de Lakatos e Marconi, que não afetam as afirmações ditas científicas, nas monografias. Será isso possível? Vejamos ainda, o que nos diz Bréal.

Nos idos de 1904, Bréal já publicava a 3ª edição de Ensaio de Semântica com o acréscimo de um capítulo: A lingüística é uma ciência natural? Já pelo título depreende-se que Bréal considera a lingüística como ciência, mas, ao longo do trabalho, o autor argumentará que o objeto da lingüística, a linguagem, não existe na natureza, pois é um ato humano, ou seja, não existe fora da atividade humana. Com isso, nega o caráter natural, mecânico, da linguagem, opondo-se à lingüística dos naturalistas de sua época. Ele foi mais além. Bréal preocupou-se com o subjetivo da linguagem, considerado por ele como fundamento primordial ao qual o resto foi sucessivamente ajuntado, - muito antes de surgirem Bally e Benveniste. Para Bréal a história diz respeito a uma relação do sujeito (do homem) com a linguagem e há marcas de subjetividade daquele que fala naquilo que fala, graças à escolha de elementos próprios da língua e que marcam essa presença (tais como advérbios, modos e tempos verbais, conjunções, discurso indireto e pessoas). Pode-se observar, atualmente, a retomada desses estudos em alguns autores que se dedicam à análise sobre argumentação, tais como Ducrot e Anscombre¹⁶. Mas, voltando a Bréal, a subjetividade é uma relação homem (eu)/mundo, que instala um tu, também uma subjetividade, destacada do mundo. Então o sentido é uma relação dessas subjetividades com o mundo. A partir daí, como negar a subjetividade na linguagem, mesmo nas monografias ditas científicas? Como se constitui o sentido na monografia? Parece uma ingenuidade dos manuais que orientam a elaboração desse tipo de texto, embora se reconheçam as boas intenções de seus “objetivos práticos”.

Mas, por outro lado, Lakatos e Marconi (1992:153) relacionam alguns aspectos do objetivo interno da monografia que têm a ver com a satisfação interior. O primeiro é “manifestar a própria personalidade, revelando os gostos e as tendências, exteriorizando o espírito de iniciativa e a criatividade, demonstrando a amplitude de juízos, demonstrando a capacidade de seleção em função de metas determinadas, revelando progressiva liberdade no trato científico”. O segundo objetivo interno da monografia é “expor a própria cultura e experiência adquirida das leituras, vivência, conhecimento, etc; expor a capacidade analítica e valorativa em relação a princípios objetivos e critérios próprios e a capacidade de distinguir os fatos das opiniões, as diferentes relações entre os fatos e os fenômenos, expressando as próprias opiniões, deduções, realizações etc”. O último objetivo interno é “comunicar por escrito o resultado de uma descoberta pessoal”.

Essas últimas orientações podem parecer bastante contraditórias ao aluno escritor, pois acenam com uma certa satisfação interior, o que remete à subjetividade, completamente ignorada, anteriormente, graças a tantas recomendações metodológicas e sugestões de apagamento da autoria. Sente-se falta aí, ainda, de uma orientação e justificativa mais evidente para que o estudante que se propõe a elaborar uma monografia refute as condições de verdade postas “à priori”. Para Ducrot¹⁷, por exemplo, o poder argumentativo vem da exterioridade e é fundamental. A lógica veritativa cede lugar, então, à lógica das convenções sociais, que por

¹⁶ Entre as obras desses autores, citam-se:

ANSCOMBRE.&DUCROT. **L’argumentation dans la langue**, Mardaga, Bruxelas, 1983.

DUCROT. **O dizer e o dito**. São Paulo: Pontes, 1987.

¹⁷ DUCROT, O. **Polifonia y argumentación**. Cali, Universidad del Valle, 1988.

_____. *Topoi e formas tópicos*. Trad. BIRCK, C. In: ZANDWAIS, Ana (org.) **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre:Ed. Sagra Luzzatto, 2002. (Coleção Ensaio, n. 17), p. 10-21.

sua vez suporta apenas uma universalidade própria a determinadas condições culturais. Isso justifica a sustentação de diferentes posições argumentativas como forças ilocucionais que dependem das condições de produção. O que se quer criticar, amparada também pela teoria de Ducrot, é que, em momento algum perpassa na orientação do manual, a idéia de relatividade das verdades de uma determinada cultura.

2. Visão conclusiva

Por tudo que foi exposto até aqui, vê-se que a escolha do texto monográfico para estudo se justifica não só por sua importância na avaliação do processo ensino/aprendizagem como pelas características discursivas pressupostas em sua construção, embora os manuais não contemplem esse último aspecto com a profundidade de orientação que se faria necessária para a produção escrita. Assim, num primeiro momento, a pesquisa com base no texto monográfico, nos encaminha para o estudo da modalidade argumentativa, analisando o posicionamento do produtor do enunciado com relação às outras vozes que constroem seu texto.

Mas, como se pode observar pelas orientações dadas nos manuais já citados, o papel conferido à monografia como trabalho científico é muito mais percebido como uma prática com valor utilitário, independentemente da concepção de monografia que os autores tenham apresentado. Todavia, isso não significa que tais manuais não tenham valor. Pelo contrário. Eles são um grande incentivo porque a descoberta de seus limites nos auxiliam a avançar. O problema agora revelado refere-se, portanto, a outro aspecto: a qualidade discursiva do texto produzido - e o texto é argumentativo. Esse é o foco que precisamos desenvolver.

RESUMO: Buscando descobrir prováveis causas que possam justificar a constante dificuldade manifestada pela maioria dos alunos para produzir textos escritos na universidade, analisamos, entre outros aspectos, a orientação dada por alguns manuais destinados ao ensino da escrita acadêmica, no que diz respeito à elaboração de monografias.

PALAVRAS-CHAVE: escrita, monografia, manuais, ambigüidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 7 ed. São Paulo:Hucitec, 1995.
- _____. *Estética da criação verbal*. 2 ed. São Paulo:Martins Fontes, 1997 (original russo 1929).
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. trad. Aída Ferraz et al. São Paulo: EDUC, 1992.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.
- _____. *Polifonia y argumentación*. Cali, Universidad del Valle, 1988.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido*. Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. São Paulo: Pontes, 2002.
- LAKATOS, Eva M.. MARCONI, Marina de A. *Metodologia do Trabalho Científico*. 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1992.
- NUNES, L.A.Rizzato. *Manual da monografia: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese*.São Paulo: Saraiva, 2000.
- ORLANDI, Eni P. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- UNIVERSIDADE Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas. *Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000 (Normas para a apresentação de documentos científicos; 2).
- ZANDWAIS, Ana. *A heterogeneidade do conceito de paráfrase*. In: LIMA, M. dos S.; GUEDES, P. C. **Ensaio** – Estudos de linguagem, v. 10. Porto Alegre: Sagra -Luzzatto, 1996 (11-18).